


**TRANSPARÊNCIA EM AUDITORIAS INTERNAS DE IFES: PROPOSTA DE
FRAMEWORK CONCEITUAL DE AVALIAÇÃO**

**TRANSPARENCY IN INTERNAL AUDITS OF FEDERAL HIGHER EDUCATION
INSTITUTIONS: PROPOSAL OF A CONCEPTUAL ASSESSMENT FRAMEWORK**

**TRANSPARENCIA EN AUDITORÍAS INTERNAS DE IFES: PROPUESTA DE UN MARCO
CONCEPTUAL DE EVALUACIÓN**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n11-014>

Data de submissão: 04/10/2025

Data de publicação: 04/11/2025

Lidiane Barbosa de Lima

Mestranda em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação
(PROFNIT)

Instituição: Instituto Federal da Paraíba (IFPB)

E-mail: lidiane.barbosa@academico.ifpb.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-6063-7277>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6600666824455806>

Alandey Severo Leite da Silva

Doutor em Administração

Instituição: Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

E-mail: alandey@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6214-9263>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2480772416352825>

RESUMO

A transparência nas auditorias é essencial para garantir a responsabilidade e a eficiência na gestão das instituições públicas. A implementação de práticas transparentes nas auditorias internas governamentais pode fortalecer a governança, assegurar accountability e garantir maior prestação de contas perante a sociedade. No entanto, a comunicação das informações nos portais das Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) das Instituições Federais de Ensino (IFES) ocorre majoritariamente em formatos estáticos, limitando a acessibilidade e a efetividade da comunicação. Este artigo objetiva desenvolver e aplicar o Framework de Avaliação da Transparência da Auditoria Interna (FATAI), estruturado em dimensões, critérios e indicadores mensuráveis, para orientar a modernização comunicacional das UAIGs. Para tanto, procedeu-se à revisão bibliográfica e documental e levantamento exploratório nos portais das IFES. Desse modo, observa-se que algumas instituições adotam soluções digitais e interativas, enquanto a maior parte ainda utiliza ferramentas convencionais, evidenciando lacunas na comunicação das auditorias. O estudo conclui que o FATAI fornece uma estrutura sistemática para avaliar a transparência e apoiar melhorias contínuas na divulgação de informações institucionais das auditorias internas.

Palavras-chave: Transparência. Auditoria Interna. Comunicação Institucional.

ABSTRACT

Transparency in audits is essential to ensure accountability and efficiency in the management of public institutions. Implementing transparent practices in government internal audits can strengthen

governance, ensure accountability, and guarantee greater accountability to society. However, the communication of information on the websites of the Internal Audit Units (UAIGs) of Federal Institutions of Higher Education (IFES) occurs predominantly in static formats, limiting accessibility and the effectiveness of communication. This article aims to develop and apply the Internal Audit Transparency Assessment Framework (FATAI), structured into dimensions, criteria, and measurable indicators, to guide the modernization of UAIGs' communication. For this purpose, a bibliographic and documental review was conducted, along with an exploratory survey of IFES websites. It was observed that some institutions adopt digital and interactive solutions, while most still use conventional tools, revealing gaps in audit communication. The study concludes that FATAI provides a systematic structure to evaluate disclosure practices and support continuous improvements in the institutional communication of internal audits.

Keywords: Transparency. Internal Audit. Institutional Communication.

RESUMEN

La transparencia en las auditorías es esencial para garantizar la responsabilidad y la eficiencia en la gestión de las instituciones públicas. La implementación de prácticas transparentes en las auditorías internas gubernamentales puede fortalecer la gobernanza, asegurar la accountability y garantizar una mayor rendición de cuentas ante la sociedad. Sin embargo, la comunicación de la información en los portales de las Unidades de Auditoría Interna (UAIG) de las Instituciones Federales de Educación Superior (IFES) se realiza predominantemente en formatos estáticos, lo que limita la accesibilidad y la efectividad de la comunicación. Este artículo tiene como objetivo desarrollar y aplicar el Marco de Evaluación de la Transparencia de la Auditoría Interna (FATAI), estructurado en dimensiones, criterios e indicadores medibles, para orientar la modernización de la comunicación de las UAIG. Para ello, se realizó una revisión bibliográfica y documental, junto con un levantamiento exploratorio en los portales de las IFES. Se observó que algunas instituciones adoptan soluciones digitales e interactivas, mientras que la mayoría aún utiliza herramientas convencionales, evidenciando brechas en la comunicación de las auditorías. El estudio concluye que FATAI proporciona una estructura sistemática para evaluar las prácticas de divulgación y apoyar mejoras continuas en la comunicación institucional de las auditorías internas.

Palabras clave: Transparencia. Auditoría Interna. Comunicación Institucional.

1 INTRODUÇÃO

A transparência pública é um pilar da administração contemporânea, promovendo boas práticas de gestão e a participação cidadã (OCDE, 2025). No Brasil, está consagrada na Constituição Federal (Brasil, 1988), nos artigos 5º e 37º, e reforçada por normas como a Lei de Acesso à Informação nº 12.527 (Brasil, 2011), a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101 (Brasil, 2000b), a Lei nº 13.460 (Brasil, 2017) e o Decreto nº 7.724 (Brasil, 2012), que regulamentam mecanismos de transparência e direitos dos usuários de serviços públicos. Esses dispositivos consolidam a base normativa que orienta os órgãos de controle, como as auditorias, fortalecendo a transparência e a governança institucional (Araujo *et al.*, 2023; Godoi; Godoi, 2025)

Nesse contexto normativo, o Decreto nº 3.591(2000a) tornou obrigatória a criação de unidades de auditoria interna na administração pública federal, institucionalizando mecanismos permanentes de controle (Cordova *et al.*, 2023). Essas unidades devem observar parâmetros do Sistema de Controle Interno (SCI) e alinhar-se a diretrizes internacionais de auditoria, reforçando sua responsabilidade técnica e procedimental. Além disso, a atuação da auditoria interna é essencial para manter padrões de governança corporativa, promovendo transparência, *accountability* e conformidade (Leocádio; Malheiro; Reis, 2024; Machado, 2024).

Esse movimento normativo e organizacional também se estendeu às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que estruturaram suas Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIGs) conforme esses parâmetros, posicionando-se no centro das discussões sobre *accountability* e transparência no contexto universitário (Araujo *et al.*, 2023; Thanasas; Kampiotis; Karkantzou, 2025). Nesse cenário, a auditoria interna assume papel estratégico, sendo destacada por Yulianto, Lokman e Razali (2024), como promotora de transparência, responsabilização gerencial e eficiência operacional, além de ampliar o escrutínio e a qualidade das atividades de controle.

Entretanto, mesmo com esse avanço institucional e do reconhecimento normativo do papel da auditoria interna no âmbito das IFES, persistem desafios relacionados a sua efetiva visibilidade e transparência. Um desses desafios refere-se à forma como as informações das auditorias são disponibilizadas pelas UAIGs, que, em grande parte, ainda utilizam formatos estáticos em seus portais institucionais (Lima; Souza; Costa, 2023). Essa limitação evidencia falhas comunicacionais que comprometem a transparência e dificultam o acompanhamento pela sociedade (Al Zobi; Jarah, 2023; Bhandari; Jaggi; Yan, 2025).

Estudos mostram que falhas comunicacionais, relatórios inadequados e ausência de diálogo entre níveis de gestão comprometem a compreensão do papel da auditoria na governança (Afadzinu *et al.*, 2024; Bhandari; Jaggi; Yan, 2025). Nesse cenário de fragilidades comunicacionais, a inovação

tecnológica tem se mostrado essencial para modernizar as auditorias governamentais, tornando os processos mais precisos e céleres na coleta, processamento e análise de grandes volumes de dados (Volodina; Grossi, 2025). Além disso, a comunicação eficaz potencializada por tecnologias digitais, emerge como elemento crucial para a efetividade da auditoria (Guimarães, 2023).

A adoção de ferramentas digitais permite alinhar procedimentos de fiscalização às demandas do ambiente digital, promovendo maior transparência e responsividade institucional (Lino; Azevedo; Belote, 2023; Vuković; Tica; Jakšić, 2024). Pesquisas indicam que o uso de inteligência artificial em órgãos públicos aumenta a eficiência das auditorias, da coleta de dados à supervisão, preservando padrões de governança e *accountability* (Shaikh, 2025; Thanasas; Kampiotis; Karkantzou, 2025). De modo complementar, Al Shanti e Elessa (2023) ressaltam que a incorporação de algoritmos, blockchain e IA exige adaptações nos mecanismos de controle e avaliação para assegurar a transparência e confiabilidade.

A transformação digital impõe desafios adicionais aos auditores, que precisam repensar metodologias tradicionais e adotar práticas habilitadas por tecnologias, como análise, monitoramento e comunicação de resultados. Essa adaptação é fundamental para garantir a relevância e eficácia das auditorias internas (Afadzinu *et al.*, 2024; Volodina; Grossi, 2025). Nas universidades, Lugli e Bertacchini (2023) destacam a importância do engajamento das equipes administrativas, acadêmicas e auditores internos, assegurando comunicação eficaz com a comunidade, apoiada por capacitação, padronização de processos e fortalecimento da independência dos auditores.

Para enfrentar essas demandas, ferramentas de Business Intelligence (BI) e Indicadores de Qualidade da Auditoria (AQIs) têm se mostrado promissoras, com *dashboards* interativos que favorecem análises detalhadas, ampliam a participação cidadã e o acesso à informação (Lima; Souza; Costa, 2023). Os AQIs mensuram a qualidade dos serviços, fortalecem a governança e padronizam avaliações, traduzindo resultados em parâmetros claros para a auditoria interna (OCDE, 2023; Fiolleau *et al.*, 2024; Thanasas; Kampiotis; Karkantzou, 2025).

Nesse contexto, a definição de métricas de desempenho é essencial para integrar programas de avaliação e melhoria contínua da auditoria (IIA, 2024, Norma 8.3, Princípio 12). Estudos recentes mostram que frameworks estruturados convertem práticas em critérios mensuráveis, fortalecendo a efetividade da auditoria interna e seu alinhamento às melhores práticas de governança, transparência e prestação de contas (Grima *et al.*, 2023; Afadzinu *et al.*, 2024; Koeswayo; Haryanto; Handoyo, 2024).

Diante desse cenário, o presente estudo busca compreender de que forma a transparência nas auditorias das IFES pode ser avaliada de maneira sistemática, fornecendo subsídios para orientar a comunicação institucional das UAIGs.

Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo é desenvolver e apresentar o FATAI, framework de avaliação da transparência em auditorias internas das IFES, estruturado em dimensões, critérios e indicadores mensuráveis. Entre os objetivos específicos estão a identificação de lacunas e limitações na comunicação das UAIGs e a aplicação qualitativa do framework nos portais eletrônicos das UAIGs, com foco na acessibilidade, tempestividade, completude, interatividade e confiabilidade das informações.

Fundamentado em revisão bibliográfica, análise documental e levantamento exploratório, o framework apresenta dupla relevância: teórica, ao consolidar normas, diretrizes e práticas em um modelo organizado; e prática, ao fornecer subsídios concretos para intervenções que aprimoram gestão e comunicação das auditorias internas, contribuindo para atuação mais eficiente e compreensível perante os diferentes públicos.

Embora existam normas e boas práticas, ainda há escassez de instrumentos que integrem conceitos, indicadores e práticas de divulgação de forma sistemática. Nesse sentido, frameworks conceituais orientam a investigação ao definir questões, variáveis e relações entre conceitos (Creswell, 2018), reforçando a base metodológica do FATAI.

Dessa forma, o presente estudo não apenas preenche lacunas relacionadas à comunicação e transparência nas auditorias internas das IFES, mas também oferece um instrumento estruturado capaz de orientar práticas mais eficazes e compreensíveis. Assim, a pesquisa contribui para o avanço da governança universitária, fortalecendo accountability e a interação com os diferentes públicos, consolidando fundamentos teóricos e práticos que serão detalhados nas seções seguintes.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, com o objetivo de sistematizar e propor um framework conceitual para avaliação da transparência em auditorias internas, sem aplicação empírica imediata (Gil, 2008). A classificação como exploratória justifica-se pelo propósito de definir conceitos, variáveis e estruturas teóricas para investigações futuras, enquanto o caráter descritivo refere-se à organização e detalhamento das características do fenômeno estudado, permitindo análises conceituais e a construção de modelos teóricos (Creswell, 2018).

O percurso metodológico combinou revisão bibliográfica e documental, abrangendo literatura sobre transparência, auditoria interna e governança pública, boas práticas nacionais e internacionais, bem como referenciais legais e normativos. Para fundamentar a abordagem adotada, recorreu-se a (Lakatos; Marconi, 2003), que descreve a revisão bibliográfica e documental como etapas essenciais na construção científica.

Nos portais eletrônicos das Unidades de Auditoria Interna das IFES foi realizado um levantamento descritivo de caráter qualitativo, conforme preconizado por Severino (2007). A amostra foi definida a partir do sistema e-MEC, considerando as IFES, totalizando 110 instituições, entre universidades e institutos federais. A análise ocorreu entre junho e setembro de 2025, utilizando observação direta, com critérios para acessibilidade, interatividade, tempestividade, completude e a confiabilidade das informações divulgadas, segundo as dimensões do FATAI, que serão detalhadas na seção de resultados e discussões.

A elaboração do FATAI envolveu a definição de dimensões, critérios e indicadores mensuráveis, estruturando um framework conceitual capaz de orientar análises futuras. Os dados coletados nos portais subsidiaram a identificação de lacunas e boas práticas, garantindo que os elementos do framework fossem fundamentados em evidências e princípios normativos. Essa estratégia segue as orientações de (Creswell, 2018) sobre o desenvolvimento de frameworks, assegurando que os instrumentos conceituais possam ser testados e validados em estudos subsequentes por meio de consultas a especialistas ou aplicações piloto.

Destacam-se especificações metodológicas, como variações temporais e inconsistências na atualização dos portais eletrônicos, além do grau de subjetividade inerente à observação direta. Sendo este último mitigado pelo emprego de critérios previamente definidos e sistematizados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As dimensões do FATAI, foram concebidas para representar os elementos essenciais da comunicação e da transparência em auditorias internas. O framework é composto por cinco dimensões: acessibilidade, completude, tempestividade, responsividade e interatividade, além de uma dimensão transversal, confiabilidade/proveniência, que permeia todas as demais.

3.1 DIMENSÕES DO FATAI

3.1.1 Acessibilidade

A dimensão Acessibilidade refere-se à disponibilização de informações de auditoria de forma clara e compreensível, garantindo que diferentes públicos possam acessá-las e utilizá-las efetivamente. De acordo com as normas internacionais de auditoria pública estabelecidas pela INTOSAI (ISSAI 20, 2010; ISSAI 3200, 2016b), os relatórios devem minimizar mal-entendidos e facilitar o acesso da sociedade, garantindo transparência e promovendo monitoramento efetivo das ações corretivas.

No Brasil, a acessibilidade digital é regulada pelo Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (E-MAG, 2013), alinhado às diretrizes internacionais do WCAG (W3C, 2023), que

estabelecem padrões para que os sites governamentais sejam perceptíveis, operáveis, compreensíveis e robustos. As diretrizes WCAG 2.0, 2.1 e 2.2 estruturam-se em quatro princípios fundamentais para a acessibilidade digital: perceptibilidade, operabilidade, compreensibilidade e robustez (Alim, 2025).

Os portais constituem o principal canal de comunicação das instituições educacionais, tornando essencial a avaliação de sua acessibilidade e usabilidade (Cordova *et al.*, 2023; Macakoğlu; Peker; Medeni, 2023; Fakrudeen, 2025). Nesse contexto, pesquisas recentes têm contribuído para a avaliação da web e para a promoção da inclusão digital, ao explorar diretrizes, métodos, processos e técnicas de acessibilidade (Ara; Sik-Lanyi; Kelemen, 2023; Santos, 2023). No entanto, ainda há dificuldade em identificar com precisão problemas de acessibilidade web, especialmente devido à multiplicidade de fatores envolvidos (Ara; Sik-Lanyi, 2025).

Estudos em sites de universidades federais identificam falhas em marcação semântica, navegação e alternativas textuais para mídia, evidenciando a necessidade de melhorias significativas (Albuquerque *et al.*, 2024). Entre as diretrizes mais frequentemente violadas estão: adaptável, compatível, distinguível, assistência de entrada, acessível por teclado, navegável, previsível, legível e alternativas de texto (Campoverde-Molina; Luján-Mora; Valverde, 2023).

Nesse contexto, a Norma 11.1 e 11.2 do IIA (2024) orientam que as auditorias adotem metodologias que promovam comunicações precisas, concisas, construtivas, completas e tempestivas, assegurando que as informações disponibilizadas sejam acessíveis e compreensíveis para diferentes públicos, em alinhamento com os princípios de acessibilidade digital e as normas internacionais de auditoria.

A inclusão da dimensão Acessibilidade no FATAI assegura que as informações de auditoria não apenas existam, mas possam ser efetivamente compreendidas e utilizadas pelos diversos públicos, potencializando a transparência, a participação cidadã e a efetividade das demais dimensões do framework.

3.1.2 Tempestividade

A divulgação tempestiva dos resultados de auditoria constitui elemento central para a efetividade da fiscalização e suporte à tomada de decisão gerencial (Hendi; Sitorus, 2023; Dwianto *et al.*, 2024). De acordo com a INTOSAI (ISSAI 20, 2010; ISSAI 3200, 2016b) a divulgação tempestiva dos relatórios contribui para reduzir mal-entendidos, garantir transparência e facilitar o monitoramento das ações corretivas (Bhuiyan; Man; Lont, 2024). A Norma 11.2 do The Institute of Internal Auditors (2024), reforça que as comunicações devem ocorrer no tempo adequado, considerando a relevância da questão, permitindo à gestão adotar medidas corretivas de maneira eficaz.

Apesar dessas recomendações, fatores internos e externos podem comprometer a tempestividade da divulgação. Pesquisas sobre a resposta do mercado à relatórios de auditoria indicam que eventos externos influenciam essa capacidade (Yen; Herusetya, 2023) enquanto a divulgação em tempo adequado possibilita que problemas sejam tratados antes de se agravarem (Bhandari; Jaggi; Yan, 2025). Nesse contexto, tecnologias de informação podem mitigar atrasos e aumentar a eficiência da comunicação (Raweh; Abdullah, 2023; Fiolleau *et al.*, 2024), embora ainda existam desafios práticos em sua aplicação. Além disso, normas e a estrutura de governança influenciam diretamente a tempestividade das comunicações de auditoria (Merter; Özer, 2024).

O FATAI operacionaliza a dimensão Tempestividade ao incorporar indicadores baseados em normas internacionais permitindo identificar atrasos, monitorar prazos e propor medidas corretivas. Dessa forma, a avaliação não se limita a medir a rapidez da comunicação, mas orienta intervenções estratégicas que fortalecem a transparência, a *accountability*, a eficácia da auditoria e a confiança dos públicos na informação disponibilizada.

3.1.3 Completude

Consiste na disponibilização de informações e evidências relevantes, confiáveis e suficientes para assegurar a compreensão plena dos resultados de auditoria. (Raweh; Abdullah, 2023; PACOAB, 2025). Conforme as Normas de Comunicação Eficaz do IIA (2024), a completude garante que os leitores possam chegar às mesmas conclusões que os auditores, exigindo a adaptação das comunicações às necessidades dos diferentes destinatários (ISSAI 20, 2010; ISSAI 3200, 2016b).

Estudos recentes demonstram que tanto o julgamento profissional quanto o uso de ferramentas tecnológicas impactam diretamente a avaliação da evidência, em termos de relevância e confiabilidade (Barr-Pulliam *et al.*, 2024). Além disso, pesquisas mostram que o enquadramento e a organização das evidências influenciam a percepção de completude, reforçando a necessidade de integrar critérios claros de confiabilidade e abrangência na comunicação dos resultados de auditoria (GAO, 2024; Vinson *et al.*, 2024).

No contexto de portais institucionais e dashboards de auditoria, a presença, organização e integração das informações também afetam diretamente a percepção de completude (Cordova *et al.*, 2023; Macakoğlu; Peker; Medeni, 2023; Ara; Sik-Lanyi, 2025; Fakrudeen, 2025;). O uso de ferramentas digitais pode ampliar a cobertura das evidências, reforçando a adequação e confiabilidade dos dados disponibilizados (Raweh; Abdullah, 2023; Fiolleau *et al.*, 2024), enquanto a disponibilização completa de informações impacta decisões estratégicas e o monitoramento de ações corretivas (Hendi; Sitorus, 2023; Bhandari; Jaggi; Yan, 2025).

Dessa forma, a dimensão completude não se limita à mera presença de informações, mas envolve adequação, consistência e transparência das evidências, garantindo que os usuários possam interpretar corretamente os resultados e tomar decisões fundamentadas. As Normas 11.3 e 15.1 do IIA (2024) sustentam essa perspectiva, ao destacar a importância de comunicar resultados de forma clara e apresentar integralmente todos os achados e recomendações. Essa dimensão é essencial para o FATAI, pois sem informações completas e organizadas, a avaliação da transparência e a efetividade das demais dimensões ficam comprometidas.

3.1.4 Responsividade/Interatividade

A dimensão avalia a capacidade da auditoria interna de adaptar sua comunicação às demandas dos diversos stakeholders, incorporando recursos digitais que estimulem a participação cidadã (Leocádio; Malheiro; Reis, 2024). As Normas 11.1, 11.2 e 11.3 do IIA (2024) reforçam que a comunicação deve ser eficaz, clara e oportuna, abrangendo desde o diálogo ao longo do trabalho até a apresentação final das recomendações. Em conjunto, evidenciam que a comunicação eficiente deve permear todo o processo de auditoria, garantindo acessibilidade e fortalecimento da confiança pública.

Nos últimos 20 anos, a participação cidadã em processos de auditoria governamental conduzidos por instituições superiores de auditoria (EFSSs) aumentou significativamente devido à inovação digital (Dassen; Lavin, 2024). Estratégias destacadas para promover responsividade incluem a elaboração de relatórios claros e concisos, a adaptação da comunicação às diferentes partes interessadas (ISSAI 20, 2010).

Nessa direção, o uso de recursos visuais e tecnológicos, aliado a mecanismos de feedback e a uma cultura organizacional colaborativa, tem se mostrado eficaz para aprimorar a comunicação em auditoria, ampliando a participação cidadã e a compreensão das informações (Cordova *et al.*, 2023, Ara; Sik-Lanyi, 2025).

Além disso, pesquisas indicam que tanto as qualidades do auditor quanto as características de governança interna influenciam a qualidade da comunicação (Zouari-Hadiji; Mroua, 2025) mostrando que responsividade depende da integração entre pessoas, processos e tecnologia. A disponibilização clara e interativa das informações também fortalece outras dimensões do FATAI, como acessibilidade e completude, assegurando que a comunicação seja efetiva e que os stakeholders possam tomar decisões fundamentadas.

Dessa forma, a dimensão Responsividade/Interatividade evidencia que a efetividade da comunicação de auditoria não se limita à publicação de informações, mas requer adaptação contínua

às necessidades do público, estímulo à participação e utilização de recursos digitais que promovam engajamento e transparência.

3.1.5 Confiabilidade/Proveniência

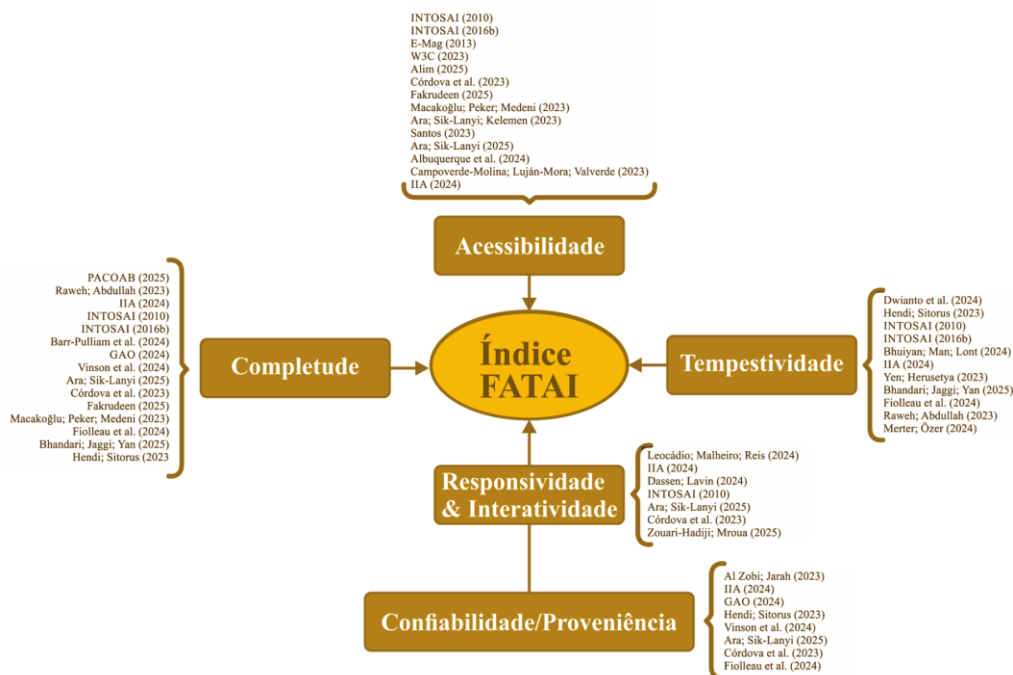
Assegura que os dados divulgados sejam precisos, verificáveis e oriundos de fontes legítimas, reforçando a credibilidade institucional. É considerada transversal, pois a efetividade das demais dimensões do framework depende diretamente da fidedignidade das informações (Al Zobi; Jarah, 2023). Em consonância com a Norma 11.2 e 11.4 do The Institute of Internal Auditors (2024), a comunicação deve ser livre de erros e distorções, configurando-se como requisito essencial para a efetividade das auditorias internas.

Estudos empíricos demonstram que a qualidade, consistência e organização das informações impactam diretamente a percepção de completude e a tomada de decisão (Hendi; Sitorus, 2023; GAO, 2024; Vinson *et al.*, 2024). Além disso, pesquisas sobre portais de transparência e dashboards em instituições públicas e universitárias evidenciam que inconsistências e erros nos dados comprometem a confiança dos usuários e a utilidade das informações divulgadas (Cordova *et al.*, 2023; Ara; Sik-Lanyi, 2025).

Ferramentas tecnológicas, como auditoria assistida por inteligência artificial, podem aumentar a precisão, reduzir erros e fortalecer a confiabilidade das informações de auditoria. Esses recursos evidenciam que a confiabilidade não é apenas um atributo normativo, mas também um aspecto operacional que depende de processos e tecnologias adequadas (Fiolleau *et al.*, 2024).

No modelo do FATAI, a Confiabilidade/Proveniência é considerada dimensão transversal, pois a efetividade das demais - acessibilidade, tempestividade, completude, responsividade e interatividade - depende da fidedignidade das informações. Dessa forma, a avaliação da transparência não se limita à presença isolada de dimensões, mas resulta da integração equilibrada de informações corretas, verificáveis e consistentes, que sustentam toda a comunicação das auditorias internas. A integração dessas dimensões é ilustrada na Figura 1.

Figura 01. Estrutura conceitual do FATAI (Framework de Avaliação da Transparência da Auditoria Interna)



Fonte: Elaborada pelos autores (2025)

3.2 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE A COMUNICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES NOS PORTAIS DAS UAIGs DAS IFES

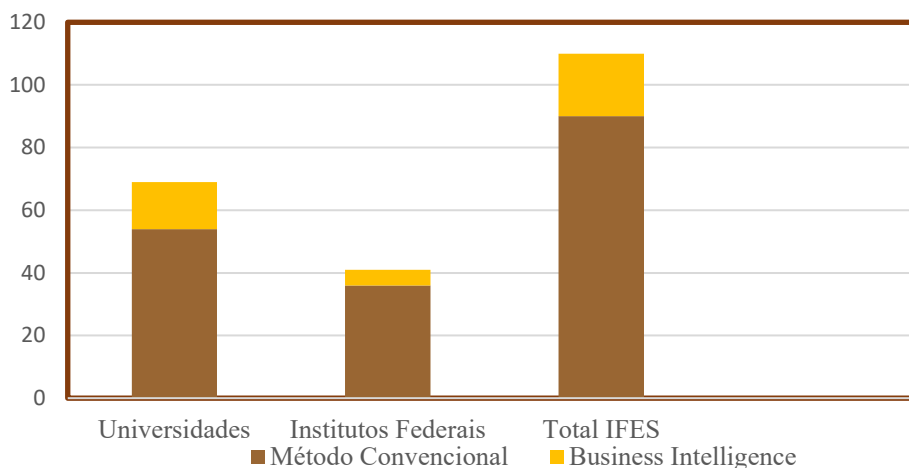
Para compreender o contexto da análise dos portais das UAIGs das IFES, é fundamental considerar o papel da auditoria interna, cuja função principal consiste em avaliar o processo de gestão, incluindo a governança corporativa, gestão de riscos e procedimentos de aderência às normas regulatórias, identificando eventuais desvios e vulnerabilidades às quais a organização pode estar sujeita (Guimarães, 2023; Mendes; Bilhim; Costa, 2024).

A norma internacional de auditoria, ISSAI 20 (2010) prevê a divulgação pública dos resultados das auditorias, incluindo as ações corretivas, conforme o Princípio 7 (INTOSAI, 2010). A Instrução Normativa SFC nº 05 (2021) estabelece que a comunicação final dos resultados das auditorias internas governamentais deve ser disponibilizada na internet, em conformidade com o princípio da publicidade previsto na Constituição Federal, ressalvadas situações legalmente protegidas pelo sigilo. Essa exigência fortalece a transparência e permite o controle social sobre a gestão pública, garantindo acesso público às conclusões das auditorias.

Nesse contexto, a comunicação foi analisada nos portais das UAIGs das IFES, com o objetivo de identificar práticas que vão do convencional a soluções tecnológicas avançadas, incluindo dashboards interativos, vídeos explicativos e sistemas de acompanhamento de recomendações.

Constata-se que a maioria das instituições ainda utiliza formatos tradicionais e estáticos para a divulgação, como pode ser observado na Figura 02.

Figura 02. Formas de apresentação das comunicações de auditoria nos sites institucionais das UAIGs da IFES



Fonte: Elaborada pelos autores (2025)

Na pesquisa realizada, do total de 110 instituições (69 universidades e 41 institutos federais), a maioria, 90 instituições (81,82%), ainda utiliza ferramentas convencionais, sem recursos interativos para a comunicação das informações de suas UAIGs. Entre as iniciativas tecnológicas identificadas, 20 instituições (18,18%) adotam ferramentas de Business Intelligence (BI), que proporcionam maior interatividade e facilitam o acesso às informações. A análise por tipo de instituição indica maior adoção tecnológica nas universidades, com 21,74% utilizando BI, em comparação aos institutos, com 12,20%, o que evidencia oportunidades de aprimoramento na transparência e na acessibilidade dos dados.

3.3 DEMONSTRAÇÃO DO FRAMEWORK NA ANÁLISE DOS PORTAIS DAS UAIGs

A aplicação do FATAI aos portais das IFES possibilitou avaliar, de forma sistemática, o atendimento de cada dimensão na prática. Os indicadores apresentados no Quadro 1 foram elaborados com base nas normas emitidas pelo The Institute of Internal Auditors (IIA) (2024) e no Manual de Orientações para Divulgação de Relatórios do Ministério da Defesa (Brasil, 2017b), que fornecem diretrizes sobre a divulgação de relatórios de auditoria interna.

Foram consideradas as boas práticas observadas nos portais das UAIGs das IFES que se destacam pela comunicação digital e pelo uso de dashboards e ferramentas de Business Intelligence.

Entre essas instituições, destacam-se as universidades federais da Paraíba, do Cariri, de Mato Grosso, de Minas Gerais, do Triângulo Mineiro, do Pará, do Rio Grande do Norte, Rural do Semi-Árido, do Rio Grande do Sul, de Santa Maria, Fundação de Rondônia, de Roraima, do Tocantins, da

Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e de Itajubá; e os institutos federais do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, do Sertão Pernambucano, do Norte de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e do Sudeste de Minas Gerais.

Quadro 1. Dimensões, critérios e exemplos de indicadores do FATAI

DIMENSÃO	CRITÉRIO (MEDIDO)	EXEMPLO DE INDICADOR (OPERACIONAL)	REFERÊNCIAS NORMATIVAS
Acessibilidade	Legibilidade e usabilidade	<ul style="list-style-type: none"> - % de documentos-chave acessíveis via painel - Tempo médio (em minutos) para localizar relatório - Índice de conformidade com padrões de acessibilidade digital (WCAG) - Presença de recursos de busca, filtros e navegação intuitiva (sim/não) 	ISSAI 20 (INTOSAI, 2010); ISSAI 3200 (INTOSAI, 2016b); E-MAG (BRASIL, 2013); WCAG (W3C, 2023); NORMAS 11.1 e 11.2 (IIA, 2024)
Tempestividade	Atualização/ periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> - Dias médios entre emissão do relatório final e publicação - Frequência de atualização (número de atualizações/ano) - % de relatórios publicados dentro do prazo institucional 	ISSAI 20 (INTOSAI, 2010); ISSAI 3200 (INTOSAI, 2016b); NORMA 11.2 (IIA, 2024)
Compleitude	Cobertura informacional	<ul style="list-style-type: none"> - % de recomendações emitidas por ano, discriminadas por status: atendidas, não atendidas, em implementação, canceladas - % de benefícios financeiros e não financeiros divulgados - % de ações planejadas executadas divulgadas no portal 	ISSAI 20 INTOSAI (2010); ISSAI 3200 INTOSAI (2016b); NORMA 11.2, 11.3 e 15.1 (IIA, 2024)
Responsividade & Interatividade	Ferramentas de interação e feedback	<ul style="list-style-type: none"> - % de existência de canal de contato direto com a UAIG (formulário, e-mail, chatbot) - % de respostas às solicitações ou feedbacks dos usuários - Tempo médio de resposta às demandas enviadas pelo portal 	NORMA 11.1, 11.2 e 11.3 (IIA, 2024); ISSAI 20 (INTOSAI, 2010)
Confiabilidade / Proveniência	Rastreabilidade dos dados	<ul style="list-style-type: none"> - % de documentos com referência a fontes oficiais - % de relatórios com documentação de evidências completa - Presença de registros de versionamento de relatórios (sim/não) - % de consistência entre dados divulgados e informações oficiais da unidade 	Norma 11.2 e 11.4 do IIA (2024)

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Com base nos critérios apresentados no Quadro 1 e a partir de uma análise qualitativa dos portais das UAIGs das IFES, foi possível identificar, em cada dimensão, os seguintes aspectos:

Na dimensão **acessibilidade**, observou-se que a maioria dos portais ainda disponibiliza informações em formatos convencionais, como relatórios em formato PDF ou planilhas, sem recursos interativos de navegação. Esse modelo dificulta a usabilidade e restringe a compreensão para públicos

menos familiarizados com a auditoria. Em menor escala, algumas instituições passaram a adotar ferramentas de Business Intelligence (BI), infográficos e dashboards interativos, que tornam a busca mais ágil e a apresentação dos dados mais intuitiva.

No que se refere à **tempestividade**, observou-se que, na maioria das universidades, as informações não são disponibilizadas de forma clara quanto às datas de emissão ou atualização, dificultando a avaliação de sua atualidade e relevância. Em muitos casos, os relatórios permanecem estáticos, sem cronogramas visíveis de atualização. Em contrapartida, alguns portais mais avançados apresentam painéis indicando a data da última atualização, representando um avanço na transparência e na utilidade das informações.

A dimensão **Compleitude** revelou que os portais geralmente oferecem relatórios de auditoria, Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT), atendendo a um conjunto básico de documentos obrigatórios. No entanto, nem sempre contemplam informações adicionais relevantes, como recomendações detalhadas, acompanhamento das ações corretivas, capacitações realizadas e benefícios decorrentes das auditorias. Quando presentes, esses elementos ampliam a visão sobre o impacto da atividade de auditoria, mas sua ausência limita a compreensão integral dos resultados.

Na dimensão **Responsividade e Interatividade**, predominam portais com funcionalidades mínimas, limitadas a menus básicos, links de contato e, em alguns casos, recursos limitados de navegação. A interação com o usuário ainda é restrita, sem mecanismos que permitam explorar os dados de forma dinâmica ou fornecer feedback sobre a informação recebida. Em contraste, uma minoria de instituições já utiliza dashboards interativos, gráficos dinâmicos e filtros de consulta, ampliando a interação e tornando a comunicação mais atrativa.

A dimensão **Confiabilidade/Proveniência** mostrou que os portais, em sua maioria, reforçam a credibilidade institucional por estarem vinculados a domínios oficiais das universidades e institutos federais, o que garante respaldo formal às informações. Contudo, poucos oferecem metadados completos sobre autoria, datas de emissão, versões controladas ou histórico de atualizações. Esses elementos são essenciais para assegurar a rastreabilidade dos dados e a legitimidade das informações divulgadas.

4 CONCLUSÃO

Este estudo evidenciou que a transparência nas auditorias internas das Instituições Federais de Ensino (IFES) ainda enfrenta desafios, especialmente quanto à acessibilidade e efetividade da

comunicação com a sociedade. A divulgação de atividades, relatórios e recomendações nem sempre é sistemática ou clara, limitando o acompanhamento pela comunidade acadêmica e usuários externos.

O Framework de Avaliação da Transparência da Auditoria Interna (FATAI) constitui uma contribuição conceitual relevante, oferecendo uma ferramenta sistemática para identificar lacunas comunicacionais, padronizar informações e apoiar a modernização tecnológica das unidades de auditoria. O FATAI permite avaliações comparativas entre instituições, fornecendo subsídios para gestores, auditores e pesquisadores na tomada de decisão e no planejamento de melhorias.

Embora dependa da disponibilidade e atualização das informações online, o framework fornece bases sólidas para aprimorar a comunicação institucional, fortalecer a governança e a accountability nas IFES. A aplicação empírica do FATAI é essencial para validar sua eficácia, e estudos futuros poderão explorar o uso de dashboards interativos e ajustes nos indicadores para atender a mudanças normativas, tecnológicas ou institucionais.

REFERÊNCIAS

- AFADZINU, S. K.; LÓRÁNT, D.; RÁCZ, I. P.; FAYAH, J. The impact of technological innovations on audit transparency, objectivity, and assurance in the digital era. *Journal of Infrastructure, Policy and Development*, [s. l.], v. 8, n. 14, p. 8241, 20 nov. 2024. <https://doi.org/10.24294/jipd8241>.
- AL SHANTI, A. M.; ELESSA, M. S. The impact of digital transformation towards blockchain technology application in banks to improve accounting information quality and corporate governance effectiveness. *Cogent Economics & Finance*, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 2161773, 31 dez. 2023. <https://doi.org/10.1080/23322039.2022.2161773>.
- AL ZOBI, M. K.; JARAH, B. A. F. The Role of Internal Auditing in Improving the Accounting Information System in Jordanian Banks by Using Organizational Commitment as a Mediator. *Risks*, [s. l.], v. 11, n. 9, p. 153, set. 2023. <https://doi.org/10.3390/risks11090153>.
- ALBUQUERQUE, D.; PONCIANO, G.; PEDRO, J.; SANTOS, A.; SILVA, F.; OLIVEIRA, C.; VASCONCELOS, F.; HONORATO, T. Análise da Conformidade com Acessibilidade Digital: Um Estudo no Contexto dos Websites das Universidades Federais Brasileiras. In: *LATIN AMERICAN SYMPOSIUM ON DIGITAL GOVERNMENT (LASDIGOV)*, 21 jul. 2024. Latin American Symposium on Digital Government (LASDiGov) [...]. [S. l.]: SBC, 21 jul. 2024. p. 133–144. DOI 10.5753/wcge.2024.2891. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/wcge/article/view/29533>. Acesso em: 27 set. 2025.
- ALIM, S. A Preliminary Analysis of Web Accessibility, Usability, and Security on the Front-Facing Webpages of Leading Universities: Comparing the UK, Israel, and Africa. *International Journal of Web Portals (IJWP)*, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 1–30, 2025. <https://doi.org/10.4018/IJWP.379681>.
- ARA, J.; SIK-LANYI, C. Automated evaluation of accessibility issues of webpage content: tool and evaluation. *Scientific Reports*, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 9516, 19 mar. 2025. <https://doi.org/10.1038/s41598-025-92192-5>.
- ARA, J.; SIK-LANYI, C.; KELEMEN, A. Accessibility engineering in web evaluation process: a systematic literature review. *Universal Access in the Information Society*, [s. l.], , p. 1–34, 27 jan. 2023. <https://doi.org/10.1007/s10209-023-00967-2>.
- ARAUJO, R. M. de; PERES, S. M.; FANTINATO, M.; UNGER, A. J.; NEUBAUER, T. R. Mineração de Processos como Ferramenta para Promoção da Transparência: Oportunidades e Desafios. *Revista da CGU*, [s. l.], v. 15, n. 27, 7 jul. 2023. DOI 10.36428/revistadacgu.v15i27.567. Disponível em: https://revista.cgu.gov.br/Revista_da_CGU/. Acesso em: 23 set. 2025.
- BARR-PULLIAM, D.; CALVIN, C. G.; EULERICH, M.; MAGHAKYAN, A. Audit evidence, technology, and judgement: A review of the literature in response to ED-500. *Journal of International Financial Management & Accounting*, [s. l.], v. 35, n. 1, p. 36–67, 2024. <https://doi.org/10.1111/jifm.12192>.
- BHANDARI, S. B.; JAGGI, J.; YAN, H. Informal Communication: A Path to Success for Internal Auditors. *Current Issues in Auditing*, [s. l.], v. 19, n. 1, p. F12–F24, 1 maio 2025. <https://doi.org/10.2308/CIIA-2023-024>.

BHUIYAN, Md. B. U.; MAN, Y.; LONT, D. H. Audit report lag and the cost of equity capital. *Journal of Capital Markets Studies*, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 212–241, 21 out. 2024. <https://doi.org/10.1108/JCMS-02-2024-0008>.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Decreto Nº 3.591. 2000a. Decreto Nº 3.591-Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3591.htm. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7724 - Regulamenta a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). 16 de maio 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Lei Complementar nº 101-Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal. 4 maio 2000b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 12.527-Regula o acesso à informação. [s. l.], 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 13.460,- Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário de serviços públicos e dá outras providências. 26 jun. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico. 2013. Secretaria de Governo/EMAG. Disponível em: <https://emag.governoeletronico.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. Secretaria de Controle Interno. Manual de Orientações para Divulgação de Relatórios. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/lai/auditoria/ciset/manual_de_orientacao_para_pub_rel.pdf

BRASIL, C.-G. da U. (CGU) S. F. de C. Instrução Normativa n. 5- Estabelece normas sobre elaboração e publicação de documentos de auditoria interna governamental no âmbito do Poder Executivo Federal. *Boletim de Serviço Eletrônico e Diário Oficial da União*, [s. l.], 27 ago. 2021. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/66718>. Acesso em: 22 set. 2025.

CAMPOVERDE-MOLINA, M.; LUJÁN-MORA, S.; VALVERDE, L. Accessibility of university websites worldwide: a systematic literature review. *Universal Access in the Information Society*, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 133–168, 2023. <https://doi.org/10.1007/s10209-021-00825-z>.

CORDOVA, B. C.; AUGUSTIN, F. C.; JENKINS, L. E. C.; SANTOS, E. A. D. Macrofunções do controle interno: um estudo nas instituições de Ensino Superior Federal. *Revista de Gestão e Secretariado*, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 603–624, 18 jan. 2023. <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i1.1538>.

CRESWELL, J. W. Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches. [s. l.], 2018. .

DASSEN, N.; LAVIN, R. Citizen Participation in Government Audits through Digital Tools: Overview of Initiatives from Supreme Audit Institution. [S. l.]: Inter-American Development Bank, 2024. DOI 10.18235/0013049. Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/citizen-participation-government-audits-through-digital-tools-overview-initiatives-supreme-audit>. Acesso em: 26 set. 2025.

DWianto, A.; ZULFIKAR, Z.; SETIAWATI, E.; QURROTA A'YUN, A.; HARDINA, L.; PUSPITASARI, D. Navigating Delays: Exploring Factors Influencing Audit Timeliness. Transnational Business and Management, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 1–14, 7 maio 2024. <https://doi.org/10.33182/tbm.v2i1.3284>.

FAKRUDEEN, M. Evaluation of the accessibility and usability of university websites: a comparative study of the Gulf region. Universal Access in the Information Society, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 1883–1898, jun. 2025. <https://doi.org/10.1007/s10209-024-01160-9>.

FIOLLEAU, K.; MACTAVISH, C.; OSECKI, E.; THORNE, L. An Exploration of Technological Innovations in the Audit Industry: Disruption Theory Applied to a Regulated Industry. Accounting Perspectives, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 403–445, 2024. <https://doi.org/10.1111/1911-3838.12367>.

GAO. Single Audits: Improving Federal Audit Clearinghouse Information and Usability Could Strengthen Federal Award Oversight. 2024. Disponível em: https://www.gao.gov/assets/gao-24-106173.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 24 set. 2025.

GIL, A. C. Gil, Antonio Carlos Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008. 2008.

GODOI, I. X. de L.; GODOI, T. A. L. Implementação de Políticas de Transparência na gestão Pública: Uma análise Crítica - ISSN 1678-0817 Qualis B2. Revista ft, [s. l.], 2025. Disponível em: <https://revistaft.com.br/implementacao-de-politicas-de-transparencia-na-gestao-publica-uma-analise-critica/>. Acesso em: 24 set. 2025.

GRIMA, S.; BALDACCHINO, P. J.; GRIMA, S.; KIZILKAYA, M.; TABONE, N.; ELLUL, L. Designing a Characteristics Effectiveness Model for Internal Audit. Journal of Risk and Financial Management, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 56, 17 jan. 2023. <https://doi.org/10.3390/jrfm16020056>.

GUIMARÃES, F. A. Potenciais ganhos de escala através da integração de Ciência de Dados (Data Science) ao modus operandi da Atividade de Auditoria Interna. Revista da CGU, [s. l.], v. 15, n. 28, 27 set. 2023. DOI 10.36428/revistadacgu.v15i28.628. Disponível em: https://revista.cgu.gov.br/Revista_da_CGU/. Acesso em: 23 set. 2025.

HENDI, H.; SITORUS, R. An Empirical Research on Audit Report Timeliness. Jurnal Akuntansi dan Keuangan, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 39–53, 2 maio 2023. <https://doi.org/10.9744/jak.25.1.39-53>.

IIA. Global Internal Audit Standards by The Institute of Internal Auditors. 2024. Disponível em: https://www.theiia.org/globalassets/site/standards/globalinternalauditstandards_2024january9.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 25 set. 2025.

INTOSAI. ISSAI 20- Princípio de transparência e accountability. Tradução de Tribunal de Contas da União. Copenhagen: Organização Internacional de Entidades fiscalizadoras Superiores, 2010. Disponível em: https://www.tce.ba.gov.br/images/Controle_Externo/INTOSAI_P_20.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.

INTOSAI. ISSAI 3200 - Orientações para o processo de auditoria operacional. Tradução de Tribunal de Contas da União. [s. l.], 2016b. Disponível em: https://www.tce.ba.gov.br/images/Controle_Externo/ISSAI_3200.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.

KOESWAYO, P. S.; HARYANTO, H.; HANDOYO, S. The impact of corporate governance, internal control and corporate reputation on employee engagement: a moderating role of leadership style. *Cogent Business & Management*, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 2296698, 31 dez. 2024. <https://doi.org/10.1080/23311975.2023.2296698>.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas. 2003.

LEOCÁDIO, D.; MALHEIRO, L.; REIS, J. C. G. dos. Auditors in the digital age: a systematic literature review. *Digital Transformation and Society*, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 5–20, 11 jun. 2024. <https://doi.org/10.1108/DTS-02-2024-0014>.

LIMA, E. dos S.; SOUZA, R. de C. P. de; COSTA, L. A. M. A. da. Estudo de ferramentas tecnológicas emergentes para inovação incremental em processo de transparência pública. *REGIT*, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 16–32, 19 jun. 2023. .

LINO, A. F.; DE AZEVEDO, R. R.; BELOTE, G. S. The influence of public sector audit digitalisation on local government budget planning: evidence from Brazil. *JOURNAL OF PUBLIC BUDGETING ACCOUNTING & FINANCIAL MANAGEMENT*, Bingley, v. 35, n. 2, p. 198–218, 23 mar. 2023. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-05-2022-0090>.

LUGLI, E.; BERTACCHINI, F. Audit quality and digitalization: some insights from the Italian context. *Meditari Accountancy Research*, [s. l.], v. 31, n. 4, p. 841–860, 1 jan. 2023. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-08-2021-1399>.

MACAKOĞLU, Ş. S.; PEKER, S.; MEDENI, İ. T. Accessibility, usability, and security evaluation of universities' prospective student web pages: a comparative study of Europe, North America, and Oceania. *Universal Access in the Information Society*, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 671–683, 1 jun. 2023. <https://doi.org/10.1007/s10209-022-00869-9>.

MACHADO, R. V. A Função da Auditoria Interna na Transparência das Organizações. *Revista Ilustração*, [s. l.], v. 5, n. 10, p. 3–15, 7 nov. 2024. <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v5i10.401>.

MENDES, A. R.; BILHIM, J. A. de F.; COSTA, A. de J. B. Contribuições da Auditoria Interna para a Governança das Universidades Federais Brasileiras. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, [s. l.], , p. e023018–e023018, 29 jul. 2024. <https://doi.org/10.22633/rpge.v28i00.17644>.

MERTER, A. K.; ÖZER, G. Audit Committee and Timely Reporting: Evidence From Turkey. *SAGE Open*, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 21582440241239516, 1 jan. 2024. <https://doi.org/10.1177/21582440241239516>.

OCDE. Government at a Glance 2025: Transparency of public information. 19 jun. 2025. OECD. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/government-at-a-glance-2025_0efd0bcd-en/full-report/transparency-of-public-information_60a963c4.html. Acesso em: 23 set. 2025.

OCDE. Strengthening Integrity Leadership in Brazil's Federal Public Administration. 4 dez. 2023. OECD. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/strengthening-integrity-leadership-in-brazil-s-federal-public-administration_50a9a028-en.html. Acesso em: 23 set. 2025.

PACOAB. AS 1105: Audit Evidence. 2025. Default. Disponível em: <https://pcaobus.org/oversight/standards/auditing-standards/details/AS1105>. Acesso em: 24 set. 2025.

RAWEH, N. A. M.; ABDULLAH, A. A. H. Outsourced internal audit function and audit report timeliness in an emerging economy: The moderating effect of client-specific expertise. *Cogent Business & Management*, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 2278834, 11 dez. 2023. <https://doi.org/10.1080/23311975.2023.2278834>.

SANTOS, A. T. C. dos. Uma análise da acessibilidade Web dos sites das universidades federais do Brasil com base no e-MAG. [s. l.], 2023. Disponível em: <http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/5514>. Acesso em: 27 set. 2025.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 2007.

SHAIKH, S. Balancing Innovation and Oversight: AI in the U.S. Treasury and IRS: A Survey. [s. l.], 19 set. 2025. DOI 10.48550/arXiv.2509.16294. Disponível em: <http://arxiv.org/abs/2509.16294>. Acesso em: 23 set. 2025.

THANASAS, G. L.; KAMPIOTIS, G.; KARKANTZOU, A. Enhancing Transparency and Efficiency in Auditing and Regulatory Compliance with Disruptive Technologies. *Theoretical Economics Letters*, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 214–233, 10 fev. 2025. <https://doi.org/10.4236/tel.2025.151013>.

VINSON, J. M.; PIKE, B. J.; CHUI, L.; ZHOU, M. The Influence of Audit Evidence Framing on Auditors' Judgment. *Behavioral Research in Accounting*, [s. l.], v. 36, n. 1, p. 105–120, 1 mar. 2024. <https://doi.org/10.2308/BRIA-2020-055>.

VOLODINA, T.; GROSSI, G. Digital transformation in public sector auditing: between hope and fear. *Public Management Review*, [s. l.], v. 27, n. 5, p. 1444–1468, 4 maio 2025. <https://doi.org/10.1080/14719037.2024.2402346>.

VUKOVIĆ, B.; TICA, T.; JAKŠIĆ, D. Challenges of using digital technologies in audit. *Anali Ekonomskog fakulteta u Subotici*, [s. l.], n. 51, p. 15–30, 2024. <https://doi.org/10.5937/AnEkSub2300014V>.

W3C. Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.2 Recommendation, 05 out. 2023. 2023. Disponível em: https://www.w3.org/TR/WCAG22/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 24 set. 2025.

YEN, J.; HERUSETYA, A. Audit Report Timeliness Before and During the COVID-19 Pandemic: Evidence from the Market Reaction. *Marketing of Scientific and Research Organizations*, [s. l.], v. 47, n. 1, p. 49–70, 10 abr. 2023. <https://doi.org/10.2478/minib-2023-0004>.

YULIANTO, A. R.; LOKMAN, N.; RAZALI, F. M. THE ERA OF TRANSPARENCY: AUDITOR'S JUDGEMENT OF KEY AUDIT MATTER AND AUDIT QUALITY. *Journal of Business Management and Accounting*, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 187–211, 30 jul. 2024. <https://doi.org/10.32890/jbma2024.14.2.1>.

ZOUARI-HADIJI, R.; MROUA, W. Audit and financial communication quality: the moderating role of internal governance mechanisms. *EuroMed Journal of Business*, [s. l.], 24 jan. 2025. DOI 10.1108/EMJB-09-2024-0238. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/EMJB-09-2024-0238>. Acesso em: 24 set. 2025.